



sala preta
ppgac

DOI: 10.11606/issn.2238-3867.v16i2p206-219

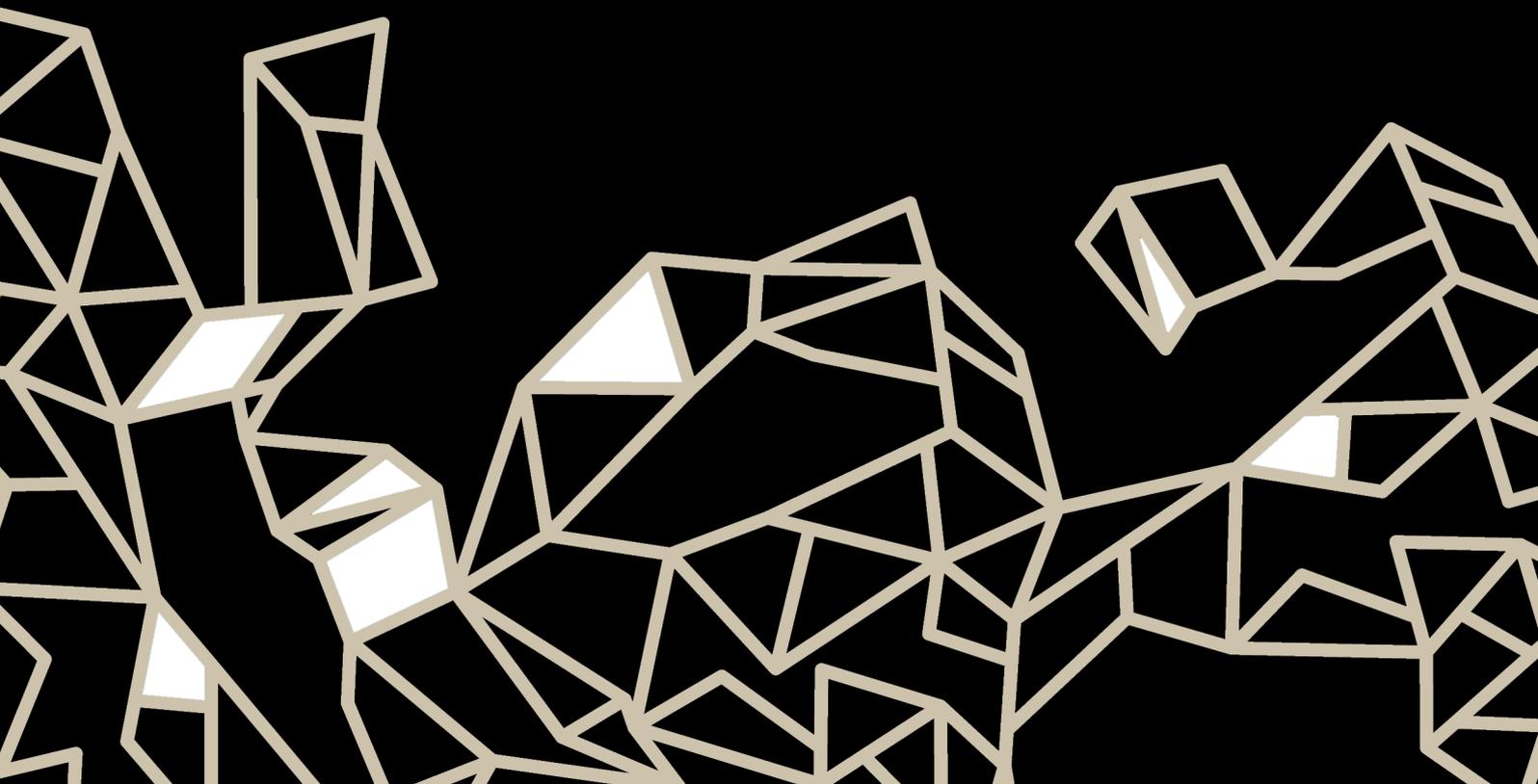
Sala Aberta

O luto transformado em luta: uma experiência de Teatro do Oprimido com pessoas cegas

*Mourning turned into struggle: an experience of Theatre of the
Oppressed with blind people*

Clara de Andrade

Clara de Andrade |
Doutoranda em Artes Cênicas pela UNIRIO



Resumo

Este trabalho se propõe refletir sobre as questões do trauma e do luto a partir de uma experiência de Teatro do Oprimido com pessoas cegas. O contato com os desafios vivenciados cotidianamente pelos participantes, trazidos à tona durante o processo da oficina por testemunhos e pela prática teatral, possibilitou estabelecer relações diretas com a dificuldade de elaboração da perda e seus desdobramentos na vida em sociedade. A reflexão sobre esses temas motivou ainda o debate sobre a possível função do encontro coletivo e artístico para se vislumbrar novos caminhos de transformação humana e social.

Palavras-chave: Teatro do Oprimido, Luto, Cegueira, Inclusão social..

Abstract

This paper aims to reflect on the issues of trauma and mourning from an experience of Theatre of the Oppressed with blind people. The contact with the daily challenges experienced by the participants, brought to light during the process of the workshop by witnesses and the theatrical practice, allowed to establish direct relations with the difficulty on dealing with the loss and its consequences in society. The reflection on these issues also motivated the debate on the possible role of collective and artistic meeting to blaze new paths of human and social transformation.

Keywords: Theatre of the Oppressed, Mourning, Blindness, Social inclusion.

Introdução¹

Ao iniciar a oficina de Teatro do Oprimido no Instituto Benjamin Constant em outubro de 2011, eu estava tendo, naquele momento, meu primeiro contato mais direto com pessoas cegas ou de baixa visão. Durante minha formação na Escola de Teatro da UNIRIO, desde 2001, sempre observei atentamente o movimento dos frequentadores do Instituto, um dos maiores do Rio de Janeiro

1 A ideia deste trabalho surgiu de inquietações e bibliografias suscitadas em curso ministrado pelo professor Victor Hugo Adler Pereira, no Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ (PEREIRA, 2012/2013), em diálogo com experiência de oficina que ministrei de Teatro do Oprimido com pessoas cegas (ANDRADE; VON DER WEID, 2011/2012).



e voltado especialmente para cegos, situado justamente ao lado de minha universidade no bairro da Urca. Observava a maneira como eles caminhavam, como se comunicavam, seus olhos, seus movimentos. O mistério que envolvia aquelas pessoas e a condição de não enxergarem – situação esta quase impossível de ser imaginada por aqueles que possuem a visão, como eu –, de algum modo, faziam-me admirá-las. Diversas vezes, ao voltar para casa de ônibus ou a pé, era surpreendida pelo encontro com uma pessoa cega, e não sei bem explicar por quê, sua presença na maioria das vezes me tocava e me fazia seguir o meu dia de uma maneira nova, talvez mesmo com um “outro olhar”. Somente anos mais tarde, já no doutorado, após realizar o mestrado sobre o teatro do exílio de Augusto Boal e aprender o seu método também na prática, tive o desejo de realizar, enfim, um trabalho em parceria com uma amiga antropóloga, Olivia von der Weid, que desenvolvia seu doutoramento sobre a percepção de mundo de pessoas que não enxergam. Criamos, então, um projeto de Teatro do Oprimido, em consonância com a observação participativa da antropologia, voltado especialmente para alunos do Instituto Benjamin Constant (ANDRADE; VON DER WEID, 2011/2012).

A oficina fez parte das atividades de voluntariado do “grupo de convivência” daqueles que já haviam passado pelo “processo de reabilitação” (reaprendizagem das tarefas domésticas, uso da bengala, locomoção e leitura em braile após a perda da visão), durante o período de outubro de 2011 a dezembro de 2012.

O grupo formado inicialmente era bastante diversificado no que diz respeito ao tempo e aos níveis de perda da visão. Desse modo, havia participantes que já conviviam com a questão há mais de 25 anos, enquanto outros estavam se acostumando com a falta da visão há cerca de 5 anos, assim como havia “cegos totais” e pessoas com baixa visão (5% apenas da visão, por exemplo). Nenhum dos participantes, no entanto, era “cego congênito”. Todos ali já haviam tido a experiência de enxergarem, mas perderam a visão em algum momento de suas vidas.

De início, pareceu tarefa difícil expor o objetivo da oficina: trabalhar criativamente as opressões vividas pelos participantes. Explicar para eles o conceito de “oprimido”, não como vítima, mas como aquele que luta para transformar a situação de opressão em que se encontra, soava ingênuo, posto que

aquelas pessoas não tinham como recuperar sua visão de volta, não tinham como mudar aquela situação. No entanto, no decorrer dos encontros, por meio de jogos do Teatro do Oprimido e também de dinâmicas com música, movimento e contato corporal, foi se tornando claro, para mim e para eles, que era preciso transformar as opressões vividas justamente desse lugar, do lugar da perda, da perda de algo que não volta mais. Pois, afinal, como encarar essa perda? Submetendo-se a tudo o que a perda da visão pode representar? Ou ampliando a forma de estar no mundo ao entrar em contato com a própria dor e com a dor do outro, podendo se reconstruir a cada dia? O processo centrou-se, então, nas questões de como lidar com a falta da visão cotidianamente e com os muitos desafios advindos dela. O primeiro passo era estarmos ali, dispostos a falar e a ouvir, a encarar a perda de frente, a não negá-la. Somente a partir desse lugar poderíamos elaborar a opressão criativamente e encontrar juntos novas formas de transformá-la.

Perda e luto

A perda da visão naturalmente gera uma reação distinta em cada indivíduo que vive a fatalidade dessa experiência. Primeiramente, pode-se discernir aqueles que perderam esse sentido devido a um acontecimento grave em suas vidas, como um acidente em uma estrada, e aqueles que foram perdendo a visão gradativamente, em geral devido a algum tipo de doença degenerativa. O modo como a perda acontece, indubitavelmente, irá influenciar a maneira como a pessoa reagirá diante de sua nova condição.

Um dos participantes da oficina, de codinome Ângelo,² testemunhou ao grupo o modo como reagiu ao saber que tinha ficado cego. Ele nos contou que, após ter bebido um pouco mais, sofrera um acidente de carro. Ao acordar no hospital sem ter quebrado nenhuma parte de seu corpo, recebeu a notícia de que ficara cego. Segundo ele, seu corpo reagiu mecanicamente levantando-se da cama e procurando uma forma de imediatamente cometer suicídio. Para Ângelo, não havia mais sentido na vida diante de tamanha fatalidade. Esse é um exemplo de uma situação altamente traumática de perda da visão. No entanto, aos poucos ele percebeu o valor que

² Neste artigo são utilizados codinomes para todas e todos os participantes da oficina.



tinha em estar vivo e que era possível viver mesmo sem a visão. E, o que é mais importante, que ele ainda desejava viver.

Diferente do caso de Alberto, que compartilhou ao grupo ser portador de retinose pigmentar, uma alteração nas células da retina que causa a perda gradativa da visão: primeiro a visão à noite, depois a visão periférica – a doença se manifesta normalmente desde a infância ou adolescência. Alberto contou que, mais jovem, podia até mesmo dirigir, mas com a idade e a evolução da doença a visão foi ficando cada vez mais comprometida. Seu processo de perda, como se pode perceber, foi mais lento e gradual que o de Ângelo.

Em ambos os casos, seja como choque traumático ou como processo gradual, o momento de perda da visão caracteriza-se por uma constatação real da nova condição e por um caminho de elaboração e “aceitação” inevitável da perda. Este momento de constatação do real é seguido por um período imediatamente posterior de vivência do luto pela perda da visão. No próprio Instituto Benjamin Constant faz-se referência ao termo “luto”, principalmente para aqueles que estão vivendo o período de reabilitação, ou seja, de reestruturação da vida doméstica e cotidiana diante da nova realidade.

Os participantes da oficina, apesar de já terem se “reabilitado”, ainda viam muitos resquícios do período de luto. Alguns nem sequer haviam aceitado ainda a condição da cegueira e, frequentemente, durante os encontros, expressavam sentimentos explícitos de raiva e de mágoa em relação à nova condição. Um participante em especial, de codinome José, declarou ao grupo que preferia fingir não ser cego quando se encontrava em um lugar público diante de pessoas que enxergam – chamadas videntes – para não ter de passar por diversas humilhações, recusando-se, por exemplo, a usar a bengala e preferindo estar sempre acompanhado de sua “guia”, no caso, sempre uma mulher.

Foi também José que, certa vez, em debate coletivo com o grupo, desabafou que, para ele, “ser cego é a pior coisa do mundo”, o que demonstra claramente sua não aceitação da nova condição física, sua ferida ainda aberta, ainda não cicatrizada, o luto que ainda não foi totalmente vivido ou elaborado. No entanto, é preciso ter o cuidado de não confundir esse tipo de manifestação com ressentimento. A psicanalista e escritora Maria Rita Kehl, em *Ressentimento* (2004), livro no qual realiza detalhado estudo sobre essa

“constelação afetiva,” distingue as expressões de mágoa e de raiva daquelas do ressentimento, relacionando mágoa ao período de luto:

A mágoa é a dor de uma ferida narcísica que ainda não deixou de sangrar. Pode ser comparada ao luto: tempo de reparação de uma perda, de desligamento da libido em relação a um objeto perdido, de reconstituição do narcisismo secundário depois de uma queda, uma perda, um fracasso [...] toda a libido está concentrada na cicatrização da ferida. (KEHL, 2004, p. 20)

Há ainda outro aspecto que vale ressaltar no comportamento do participante José. A perda da visão, para ele, parecia relacionada com uma profunda sensação de impotência. Diversas vezes, José lamentava não poder mais “ver”, nem “tocar com os olhos” os corpos femininos, e, frequentemente, contava piadas de fundo sexual – até de tom machista – como se precisasse comprovar para si mesmo que sua libido ainda estava protegida, apesar da cegueira causada pela cegueira. Como se a perda da autonomia, proporcionada antes pela visão, representasse também a perda da potência masculina e da afirmação de seu próprio ser, não só por não poder mais “usufruir com os olhos”, mas também pela situação de dependência, estabelecida em seu caso, sempre, com outra pessoa que lhe serve de “guia.”

A postura que encontramos aqui, portanto, parece se relacionar com um dos aspectos da definição do masoquismo proposta por Freud (1969). Na forma que denomina como “masoquismo feminino”, expressa como norma de comportamento, Freud relaciona a castração à cegueira. Em suas palavras: “Ser castrado – ou ser cegado, que o representa – com frequência deixa um traço negativo de si próprio nas fantasias, na condição de que nenhum dano deve ocorrer precisamente aos órgãos genitais ou aos olhos” (p. 203). Os olhos estariam no mesmo plano sensível dos órgãos genitais, e a impossibilidade de ver, em alguns casos, parece relacionada com a sensação de não poder penetrar o mundo através dos olhos. Ter os olhos cegados representaria, então, ter também os olhos “castrados.”³

Mas então como elaborar tamanho luto, tamanha castração simbólica? Como seguir vivendo depois do acontecido? A filósofa e ativista política Judith Butler (2006) se debruça sobre o tema do luto e se propõe a corajosa tarefa

³ Édipo, vale aqui lembrar, cega os próprios olhos como castigo por haver cometido o incesto.



de compreender a vulnerabilidade humana em relação à perda e à violência, para encontrar nessas condições possíveis bases para uma comunidade política. De início, sua colocação nos esclarece sobre um caminho vislumbrado para a elaboração do luto:

Talvez um luto se elabore quando se aceita que vamos mudar por conta da perda sofrida, provavelmente para sempre. Talvez o luto se relacione com aceitar sofrer uma transformação (talvez até se deva dizer *submeter-se* a uma transformação) cujo resultado não se pode conhecer de antemão. [...] Se o luto supõe saber que algo se perdeu, então o luto continuaria, por conta de sua dimensão enigmática, por conta da experiência de não saber, causada por uma perda que não terminamos de compreender. (BUTLER, 2006, p. 47-48)

O sentido de transformação é apontado por Butler como intrínseco ao processo do luto e, portanto, a chave para a sua elaboração. Para a autora, elaborar o luto não significa “esquecer alguém” ou crer que “algo venha a ocupar o seu lugar”, como um desejo de substituição do que se perdeu. Tampouco se trata de proceder por meio de uma suposta “ética protestante” em que se coloca a tarefa de vencer etapas rumo à superação plena do acontecido. De acordo com a filósofa, é como se, a partir da perda, acontecesse uma mudança de direção na vida do sujeito rumo ao desconhecido e de maneira definitiva. A situação que se vivia antes não voltará mais, e essa nova configuração será “para sempre”. Diante desta realidade, é preciso permitir se transformar.

Judith Butler então relembra a dimensão enigmática do sentimento de perda, palmilhada já por Freud (1969): a sensação humana de que junto com a perda se oculta algo mais, algo que se esvai ou desaparece junto com ela, algo que muitas vezes não sabemos definir exatamente o que é, não conseguimos decifrar esse enigma. Para Butler, o enigma oculto por trás da perda de alguém nos revela propriamente algo de nós mesmos: “algo que chama os laços que nos ligam ao outro, que nos ensina que estes laços constituem o que somos [...]. Quando perdemos alguns destes laços que nos constituem, não sabemos quem somos, nem o que fazer” (BUTLER, 2006, p. 48).

Da mesma forma que se dá nas situações em que se perde alguém, a perda da visão parece significar, para aqueles que a sofrem, a perda de muitas outras capacidades e até a perda da própria identidade. O que se perde

junto com a visão? O que se tinha antes ou quem se era antes que agora já não se é mais? A dimensão enigmática do luto, desse modo, parece ser ainda mais forte para aqueles que sofrem a perda de um sentido, já que ela é reafirmada na concretude física do corpo do sujeito. A ideia metafórica de ter um “pedaço arrancado de mim” no momento da perda – assim como a sensação de não saber o que fazer, nem para onde ir –, para aqueles que perdem a visão, é precisamente mais real.⁴ Como um pedaço que lhes foi amputado, uma capacidade da natureza lhes foi subtraída. Um pedaço do humano, o qual todos, *a priori*, têm o direito de usufruir.

Nesse sentido, Butler também denuncia em seu texto as “noções normativas do humano” e do que, supostamente, deva ser o corpo humano. Para ela, tanto os movimentos centrados na questão de gênero e sexualidade como os esforços contra a condenação e exclusão de pessoas portadoras de deficiência estariam calcados na seguinte pergunta: “De que modo nossos marcos culturais para pensar o humano põem limites sobre o tipo de perdas que podemos reconhecer como uma perda?” (BUTLER, 2006, p. 59). Notadamente, em nosso mundo, como Butler alerta, há uma cruel separação entre “vidas que valem a pena” (p. 58) e, por conseguinte, “vidas já negadas”, “vidas que não são consideradas como vidas – vidas que não podem ser humanizadas” (p. 60). O que está em jogo nesse processo de desumanização “é menos um discurso desumanizante que uma negação do discurso cujo resultado é a desumanização” (p. 63). Como, então, atuar a favor de uma re-humanização dessas vidas? Que atitudes tomar para que essas vidas sejam consideradas “vidas que valem a pena”? O que fazer para que suas vozes sejam ouvidas e seus corpos sejam vistos?

A própria Judith Butler nos ajuda a refletir sobre essas questões. Segundo a autora, é justamente a “vulnerabilidade social dos nossos corpos” que nos constitui politicamente. Somente a partir da aceitação da vulnerabilidade física a que todos nós estamos sujeitos, da elaboração do trabalho de luto, com o qual lida grande parte dos movimentos sociais, e da constatação de

4 O terror da relação entre não mais poder ver e o desconhecimento do próprio destino aparece claramente na tragédia Édipo Rei, de Sófocles. Eis a primeira fala dita por Édipo após cometer o trágico ato de ferir os próprios olhos: “Pobre de mim! Para onde irei? Para que país? Onde se fará ouvir a minha voz? Ó meu destino, quando acabará de uma vez?”. Em seguida, lhe responde o Corifeu: “Não sei dizer, na verdade, se te seria preferível a morte a viver na cegueira” (SÓFOCLES, 1970, p. 108-109).



que antes de tudo “somos laços”; é que podemos chegar a um ponto de união, de responsabilidade ética e coletiva pelas vidas dos outros. Esse é o caminho vislumbrado por Butler para se compreender o possível sentido de comunidade política. O reconhecimento da vulnerabilidade da vida humana será parte fundamental desse processo, principalmente no que diz respeito à luta pelos direitos das minorias, por um viés, entretanto, em que a subjetividade deve ser levada em conta, para que não se reduza suas reivindicações a um discurso homogeneizante. Para Butler: “É necessário perceber e reconhecer certa vulnerabilidade para se fazer parte de um encontro ético. [...] quando esta vulnerabilidade é reconhecida, este reconhecimento tem o poder de mudar o sentido e a estrutura da vulnerabilidade mesma” (BUTLER, 2006, p. 70).

Uma experiência de teatro-fórum

“Cego que só perde a vista,
Não fica nunca incapaz
Pois no que faz vira artista,
Passa a enxergar muito mais.”
(Paulo César Pinheiro) ⁵

De fato, no caso do trabalho voltado para pessoas cegas, o reconhecimento da vulnerabilidade física dos participantes enquanto sujeitos foi fundamental para se constituir um encontro ético entre todos os envolvidos. Depois de alguns meses de oficina, após a vivência de dinâmicas acerca das experiências individuais de opressão, foi aberta aos participantes a possibilidade de construirmos coletivamente uma cena de teatro-fórum – coube a eles decidir sobre o real desejo de realizá-la. Para o desenvolvimento dessa técnica de Teatro do Oprimido, que pressupõe a participação direta do espectador em cena no sentido de propor diferentes soluções para um conflito apresentado, foi necessário ressaltar a importância de se eleger uma questão específica de opressão a ser trabalhada, uma questão que fosse partilhada por todos e que, portanto, representasse aquele coletivo.

Nesse momento, quando todos os participantes se encontraram diante do desafio de pensar sobre o que os unia, sobre o porquê de estarem todos

⁵ Letra de Paulo César Pinheiro para música de Dori Caymmi “Mundo de dentro” (disco homônimo, 2010).

ali juntos naquele espaço, formou-se enfim o verdadeiro sentido de grupo. Alguns brincaram dizendo: “Ah, o que a gente tem em comum é que todo mundo aqui é cego!”, e logo todos começaram a rir e a falar ao mesmo tempo – o que acontecia muito frequentemente. No entanto, após um pedido de silêncio, um dos participantes, de codinome Walter, já há bastante tempo no Instituto, assim se pronunciou: “Nós somos do Benjamin Constant, somos cegos, sim, mas a gente poderia muito bem não estar aqui hoje. Estamos aqui porque queremos fazer alguma coisa através do teatro.” Todo o processo vivido anteriormente de reconhecimento da dor e de elaboração do luto da perda da visão permitiu, portanto, que os participantes pudessem e tivessem o desejo de representar esses sentimentos de forma criativa. Ou seja, o reconhecimento da vulnerabilidade física de sua condição, ao invés de colocá-los em um lugar de fraqueza ou de vitimização, pelo contrário, fortaleceu o grupo enquanto tal, trazendo-lhe identidade e senso de união.

Os temas mais recorrentes de experiências vividas de opressão, trazidos à tona nas dinâmicas em grupo, foram as relações de submissão e poder estabelecidas entre pessoas cegas e videntes; a dificuldade de aceitação da família diante da perda da visão de um de seus integrantes; a ignorância dos videntes sobre as reais necessidades dos cegos; o respeito aos próprios desejos de pessoas cegas enquanto sujeitos; o uso ou não da bengala; e a inclusão no meio do trabalho. Devido à demanda do grupo por mais informações sobre a legislação atual de inclusão de pessoas portadoras de deficiência visual em empresas públicas ou privadas, e pelo empenho que todos apresentaram ao tratar especificamente desta questão, escolhemos, em conjunto, representar o tema da inclusão no meio do trabalho.

A história escolhida para ser encenada tinha sido vivida e compartilhada com o grupo pelo participante de codinome Leon. Tratava-se do dia de sua demissão e do embate que teve, na ocasião, com seu chefe. Leon tinha apenas 40 anos e, por ser portador de retinose pigmentar, nos últimos cinco anos vinha apresentando perda gradativa da visão. Mesmo assim, se manteve trabalhando; havia sido transferido para a área de telefonia da empresa, na qual a visão não era um pré-requisito para exercer plenamente sua função. Até que um dia Leon foi demitido de seu cargo sem nenhuma explicação. Todos foram estimulados, portanto, a pensar em novas alternativas



para o desfecho da história: quais outros rumos ela poderia ter tido? Quais estratégias ou atitudes podem ser tomadas para transformar essa situação de opressão?

A partir da escolha do tema e da história a ser encenada, todos se engajaram vivamente na construção cênica do teatro-fórum. Sabendo que alguns tinham envolvimento e experiência com a música, pedi que compusessem algo para a abertura do espetáculo ou que trouxessem sugestões de músicas de seu gosto para entremear as cenas. Foi um elemento fundamental para a participação dos atores e atrizes no processo de criação. Ao se perceberem como agentes ativos na elaboração do trabalho, logo todos trouxeram suas contribuições: na semana seguinte, duas participantes mostraram uma canção que haviam composto juntas para o espetáculo; outros trouxeram trechos de músicas, piadas e “histórias de pescador” ligadas ao tema da cegueira e do preconceito, para compor o roteiro.

A cena, então, foi dividida basicamente em duas partes. A primeira era uma apresentação do tema, espécie de preparação e sensibilização da plateia acerca do assunto a ser tratado no fórum e composta por depoimentos de cada participante sobre sua própria experiência com a cegueira. Alguns deles centravam-se na possibilidade de superação das dificuldades enfrentadas diante da perda da visão. Rosa, por exemplo, em seu depoimento, dizia que desde criança teve de se acostumar com a baixa visão e que, aos poucos, foi aprendendo a discernir o claro do escuro e até o seco do molhado, ao caminhar pelas ruas nos dias de chuva. Luciana, que atualmente possui apenas 5% da visão de um dos olhos, relatava ter aprendido com a nova condição a valorizar a sua autoestima e a não se preocupar tanto com a opinião “dos outros”. Ângelo, depois de 25 anos convivendo com a perda da visão, compartilhava em cena que hoje ensina a pessoas cegas o ofício de garçom e trabalha em empresas propondo dinâmicas entre videntes e pessoas cegas. No momento em que Leon contava ao público a história de sua demissão, todos do elenco decidiam juntos encená-la e tinha início a segunda parte do esquete, ou seja, o teatro-fórum em si. Como ligação entre as duas partes, criamos um pequeno “número de plateia” em que os atores Ângelo e José contavam piadas para entreter o público – um dos momentos, aliás, em que eles próprios se divertiam mais.

Para a cena de fórum foi preciso um aprimoramento dramático com o objetivo de fortalecer a argumentação tanto do lado do oprimido como do opressor, de modo a se criar uma tensão dialética entre as duas partes. Criamos a cena em um ambiente de reunião da direção da empresa, convocada justamente para se decidir sobre o caso do funcionário Leon. O personagem do chefe, que representava o opressor, alegava não poder mais manter Leon na empresa, devido à sua “baixa produtividade”. Alguns profissionais da “direção da empresa” concordavam com sua posição trazendo dados em relação ao orçamento de que era preciso efetuar cortes na equipe de funcionários, etc. Outros questionavam se, de fato, foram realizadas as adaptações físicas necessárias para que o funcionário pudesse continuar trabalhando, mesmo sem a visão, e traziam dados sobre a lei que exige a contratação de pessoas portadoras de deficiência em uma empresa daquele porte. Com a entrada em cena do personagem do oprimido, o funcionário cego sobre o qual todos comentavam, estabeleceu-se, enfim, o diálogo entre oprimido e opressor.

Durante o processo de construção da cena, foi preciso explicar ao grupo que o personagem do oprimido não deve agir como vítima da opressão sofrida: deve lutar a todo custo para reverter a situação em que se encontra. Somente depois, ele fracassa em seus objetivos ao ser “vencido” pela opressão. Justamente nesse momento é que a cena se abre para as sugestões da plateia e os espectadores são convidados a substituir o protagonista-oprimido e atuar em seu lugar, propondo em cena novas estratégias de ação. A argumentação do oprimido, portanto, enquanto representante e voz de todo o grupo, é muito importante para que seus desejos e reais direitos fiquem evidentes para a plateia. Nesse sentido, durante os ensaios, estimulamos o ator Leon – que representava a si mesmo no personagem do oprimido de sua própria história – para que, no desenrolar da cena, não aceitasse de imediato sua demissão e que encontrasse meios de lutar pelos seus direitos enquanto trabalhador portador de deficiência. Em um dia de ensaio, mais uma vez estimulado a reagir ao opressor, Leon trouxe à tona um argumento fundamental para o diálogo: dados concretos sobre as adaptações necessárias às pessoas portadoras de deficiência visual no ambiente de trabalho, como a colocação de piso tátil, a instalação do programa específico de computador (Dosvox), corrimão pelas escadas e corredores da empresa, e foram surgindo, com o apoio dos



colegas, todas as reivindicações do coletivo. Este foi um momento crucial para a definição da cena. Após cerca de dois meses de ensaio, conseguimos, enfim, chegar a um desenho cênico final do trabalho. Em um dos últimos ensaios, o ator-participante César sugeriu o nome “Abrindo espaço” como título para o nosso teatro-fórum.

Na apresentação que realizamos no encerramento das atividades do Instituto Benjamin Constant em dezembro de 2012, a recepção da plateia, formada em sua maioria por pessoas cegas, foi bastante calorosa. As intervenções dos “espect-atores” e “espect-atrizes” – como são chamados na nomenclatura do Teatro do Oprimido –, todos e todas pessoas cegas, como os atores e atrizes do elenco, apontaram para diferentes soluções: um deles insistiu na denúncia ao preconceito contra a pessoa portadora de deficiência, acusando o chefe de sua discriminação; outro agiu pelo caminho jurídico, defendendo-se através da lei citada na cena e terminou dizendo que entraria com uma ação na justiça contra a empresa. Em outra apresentação, realizada na Feira Solidária da Ação da Cidadania, por iniciativa de um dos atores-participantes, a “espect-atriz” que entrou em cena tentou o caminho do convencimento do chefe, afirmando as muitas outras capacidades que tinha como profissional, independentemente de não possuir a visão.

As apresentações do teatro-fórum e as intervenções da plateia trouxeram, portanto, importantes contribuições para todos os participantes envolvidos, ao ampliar a reflexão sobre a questão da inclusão e debater possíveis ações concretas e continuadas na luta pela reivindicação dos seus próprios direitos. Construir a cena coletivamente e concretizar as apresentações para o público, como um desejo de todos, fez parte do processo da oficina como uma oportunidade de amadurecimento da proposta e também de maior comprometimento dos participantes enquanto grupo. Sem dúvida, esse passo a mais só foi possível por conta do trabalho desenvolvido anteriormente de estímulo sensorial, movimento corporal e partilha de experiências. E, claro, graças a um fator primordial para a realização plena do “encontro ético” do teatro: o envolvimento e a entrega das pessoas, a relação de confiança que fomos criando juntos a cada dia, o laço que nos uniu em torno de um objetivo comum. Um caminho bastante real na transformação da situação de exclusão e de negação do humano a que estão cotidianamente expostas as pessoas portadoras de deficiência.

Essa constatação se afina, mais uma vez, com o pensamento da autora Judith Butler: “Pedir reconhecimento ou oferecê-lo não significa pedir que se reconheça aquilo que já se é. Significa invocar um *devoir*, instigar uma transformação, exigir um futuro sempre em relação com o Outro” (BUTLER, 2006, p. 72). O encontro entre videntes e pessoas cegas possibilitou, portanto, o reconhecimento mútuo de nossa vulnerabilidade humana e do corpo físico do outro como uma extensão de nosso corpo social, “abrindo espaço”, justamente, para a transformação proporcionada por esse encontro. Assim, trabalhar artisticamente a elaboração do luto pessoal e coletivo dos que perderam a visão, fazer ouvir seu pedido de reconhecimento, não significa apenas denunciar a realidade das pessoas cegas tal como ela é vivida hoje, mas, sim, estimular criativamente o processo de constante transformação do presente, em mim e no outro, em busca de relações mais humanas a serem construídas a cada dia.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, C. D.; VON DER WEID, O. **Criatividade, teatro e imaginação**. Oficina ministrada por Clara de Andrade e Olivia von der Weid, de outubro de 2011 a dezembro de 2012, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, 2011/2012.
- BUTLER, J. Violencia, duelo, política. In: _____. **Vida precaria: el poder del duelo y la violencia**. Buenos Aires: Paidós, 2006. p. 45-77.
- FREUD, S. O problema econômico do masoquismo. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 19.
- KEHL, M. R. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- SÓFOCLES. Édipo Rei. In: **Teatro Grego**. Prefácio e Tradução J. B. Mello e Souza. São Paulo: W. M. Jackson, 1970. v. 22. (Coleção Clássicos Jackson).
- PEREIRA, V. H. A. P. **Memória, testemunho e confissão nas literaturas do trauma e do ressentimento**. Curso ministrado pelo professor Victor Hugo Adler Pereira, de setembro de 2012 a janeiro de 2013, Programa de Pós-Graduação em Letras – UERJ, 2012/2013. Recebido em 24/09/2016

Recebido em 16/08/2015
Aprovado em 21/10/2015
Publicado em 21/12/2016

